



AEB

Analista Em Ciência E Tecnologia Júnior

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	4
Domínio da ortografia oficial.....	22
Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	32
Emprego de tempos e modos verbais.....	35
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	38
Emprego das classes de palavras.....	46
Emprego dos sinais de pontuação	58
Concordância verbal e nominal	62
Regência verbal e nominal	64
Emprego do sinal indicativo de crase.....	66
Colocação dos pronomes átonos	68
Reescritura de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	70
Significação das palavras.....	72
Redação oficial. Manual de redação da presidência da república	73
Questões	88
Gabarito.....	103

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de texto escrito em língua inglesa	1
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	4
Questões	6
Gabarito.....	14

SUMÁRIO



ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ética e função pública	1
Ética no setor público	4
Decreto nº 1.171/1994 E suas alterações (código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal).....	6
Lei nº 8.112/1990 E suas alterações (regime jurídico dos servidores públicos civis da união).....	10
Lei nº 8.429/1992 E suas alterações (atos de improbidade administrativa).....	56
Questões	71
Gabarito	78

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Novas tecnologias gerenciais: gestão da qualidade, impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão	1
Excelência nos serviços públicos	9
Gestão de resultados na produção de serviços públicos: ferramentas de acompanhamento e avaliação: construção de indicadores, prospecção e avaliação de cenários ...	16
Planejamento estratégico	22
Noções de orçamento público (ppa, ldo, loa).....	32
Instrumentos de repasse ou transferências de recursos.....	37
Legislação aplicada: lei nº 8.112/1990 E suas alterações (regime jurídico dos servidores públicos civis da união)	39
Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo disciplinar).....	86
Lei nº 11.079/2004 (Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada).....	97
Lei nº 14.133/2021 (Lei de licitações e contratos administrativos).....	108
Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e suas alterações; decreto nº 7.724/2012 E suas alterações; decreto nº 7.845/2012 E suas alterações	182
Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais – lgpd)	223
Lei nº 10.973/2004 (Lei da inovação).....	246
Questões	259
Gabarito	266

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de segurança da informação. Proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas.....	1
Noções de gestão de dados. Conceitos, atributos, métricas. Manipulação, tratamento e visualização de dados	8
Noções de business intelligence (bi).....	10
Questões	12
Gabarito.....	17

NORMATIVOS ESPECÍFICOS

Lei nº 8.854/1994 E suas alterações (criação da agência espacial brasileira – aeb)	1
Decreto nº 11.192/2022 (Aprova a nova estruturação regimental da aeb)	4
Decreto nº 1.332/1994 (Política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais – pndae)	5
Decreto nº 1.953/1996 (Sistema nacional de desenvolvimento das atividades espaciais – sindae).....	12
Programa nacional de atividades espaciais – pnae 2022-2031: visão de futuro; objetivos estratégicos de espaço e eixos de atuação; fatores críticos; fatores de priorização; setores-chave; iniciativas estruturantes; vertentes de investimento	13
Lei nº 14.946/2024 (Lei das atividades espaciais nacionais)	15
Questões	25
Gabarito.....	30

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Políticas de desenvolvimento e incentivos em ciência, tecnologia e inovação tecnológica vigentes no país.....	1
Instrumentos de financiamento para a ciência, tecnologia e inovação	10
Elaboração e gestão de projetos e programas.....	15
Gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia”	24
Questões da atualidade sobre ciência e tecnologia do setor espacial.....	33
Questões	37
Gabarito.....	41

SUMÁRIO



POLÍTICAS PÚBLICAS

Noções de política pública; relação entre política e política pública	1
Análise de políticas públicas; modelos de tomada de decisão em política pública: incremental, racional e suas variantes	8
Perspectivas do neoinstitucionalismo na análise das estratégias e dos resultados das políticas públicas	17
Papel da burocracia no processo de formulação e implementação de políticas públicas	25
Tipos de políticas públicas: distributivas, regulatórias e redistributivas	27
Fases das políticas públicas; formação da agenda governamental; formulação; implementação; monitoramento; avaliação	35
Processos decisórios e problemas de implementação	47
Novos arranjos de políticas públicas	49
Federalismo e descentralização	56
Políticas públicas no Brasil; controle social: transparência e participação social	57
Questões	60
Gabarito	65

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios	1
Direito administrativo: conceito, fontes e princípios	6
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; invalidação, anulação e revogação; prescrição	11
Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública; direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos; processo administrativo; conceito, princípios, fases e modalidades	33
Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso de poder	51
Princípios básicos da administração	61
Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano; enriquecimento ilícito; responsabilidade civil do estado	68
Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação	75
Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista ...	93
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	99
Licitações e contratos administrativos: lei nº 14.133/2021 (Lei de licitações e contratos administrativos)	108

SUMÁRIO



Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo no âmbito da administração pública); lei nº 11.079/2004 (Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada)	155
Questões	155
Gabarito	162

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas	1
Constituição da república federativa do Brasil de 1988: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos; organização do estado: organização político-administrativa, união, estados federados, municípios, distrito federal e territórios; administração pública: disposições gerais; servidores públicos	4
Questões	61
Gabarito	64

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estrutura e estratégia organizacional	1
Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público	8
Convergências e diferenças entre gestão pública e gestão privada	11
Novas tecnologias gerenciais: gestão da qualidade, impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão; excelência nos serviços públicos	13
Gestão de programas e projetos em ciência, tecnologia e inovação	13
Gestão de resultados na produção de serviços públicos; ferramentas de acompanhamento e avaliação: construção de indicadores, prospecção e avaliação de cenários ...	15
Gestão estratégica; planejamento estratégico	16
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	19
Aspectos sociais, ambientais e de governança (asg) na administração pública	22
Gestão de aquisições e de contratos	24
Gestão de instrumentos de repasse ou transferências de recursos	25
Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e suas alterações; decreto nº 7.724/2012 E suas alterações; decreto nº 7.845/2012 E suas alterações; lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais – lgpd)	38
Questões	39
Gabarito	44

SUMÁRIO



NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento: orçamento público: história, evolução e natureza jurídica.....	1
Relação entre orçamento e as políticas fiscal, tributária e cambial.....	2
Orçamento na constituição de 1988; lei de diretrizes orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos; lei orçamentária anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações	3
Elaboração e aprovação das leis de matéria orçamentária	16
Regra de ouro e regime fiscal sustentável (lei complementar nº 200/2023)	17
Proposta orçamentária e sua integração com ppa e ldo	25
Interfaces entre ldo, loa, lei nº 4.320/1964 E lei complementar nº 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal).....	26
Questões	72
Gabarito.....	80

GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Estrutura de gerenciamento de projetos; processos de gerenciamento de projetos; ciclo de vida e organização do projeto; ferramentas e técnicas de apoio ao gerenciamento de projetos.....	1
Metodologias e processos relacionados à gerência e integração de escopo; prazos; custos; riscos; qualidade; documentação e comunicação; recursos humanos; suprimentos, logística e portfólios de projetos	13
Áreas de conhecimento em gerenciamento de projeto	20
Escritório de projetos.....	30
Noções de gestão de programas e de gestão de portfólio de projetos	37
Formulação e construção de indicadores.....	40
Questões	45
Gabarito.....	50

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.

- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “*actually*” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “*If I had known about the meeting, I would have attended,*” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.



Ética Na Administração Pública

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regimento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

1 . . . [NALINI, José Renato. *Conceito de Ética*. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc.]

[ADOLFO SÁNCHEZ V ÁZQUEZ, *Ética*, p. 12. Para o autor, *Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade*.]

. . . [Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (*Filosofia do direito*, p. 73, ao citar o *Vocabulaire de la philosophie*, de LALANDE).]

. . . [EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, *Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa*, p. 12.]



— Implementação de Normas ISO 9000 na Administração Pública

Conceito e Objetivos da ISO 9000

A ISO 9000 é um conjunto de normas internacionais que estabelece diretrizes para a gestão da qualidade em organizações de diferentes setores, incluindo o setor público. Seu objetivo principal é garantir que os processos organizacionais sejam estruturados, eficientes e voltados para a melhoria contínua.

Na administração pública, a adoção da ISO 9000 busca assegurar que os serviços prestados aos cidadãos sejam padronizados, previsíveis e de alta qualidade, aumentando a transparência e a eficiência da gestão.

Os principais benefícios da implementação das normas ISO 9000 incluem:

- **Padronização dos Processos:** Definição clara das etapas e procedimentos para a execução das atividades administrativas.
- **Melhoria da Eficiência Operacional:** Redução de desperdícios e otimização dos recursos públicos.
- **Foco na Satisfação do Cidadão:** Implementação de mecanismos que assegurem a qualidade dos serviços públicos.
- **Cultura de Melhoria Contínua:** Criação de um ambiente organizacional que favoreça a inovação e a busca constante por melhores práticas.

Etapas para Implementação da ISO 9000

Para que a administração pública possa implementar com sucesso a ISO 9000, é necessário seguir um conjunto de etapas estruturadas. O processo de certificação pode ser desafiador, mas seus benefícios justificam o investimento. As principais fases da implementação incluem:

Diagnóstico Organizacional:

- Mapeamento dos processos existentes e identificação de falhas ou oportunidades de melhoria.
- Levantamento dos recursos disponíveis e das necessidades para adequação à norma.

Planejamento da Implementação:

- Definição de uma equipe responsável pela gestão da qualidade.
- Estabelecimento de um plano de ação com prazos e metas claras.
- Capacitação dos servidores sobre os princípios e requisitos da ISO 9000.

Documentação dos Processos:

- Formalização de manuais, procedimentos operacionais padrão (POP) e instruções de trabalho.
- Criação de indicadores de desempenho para monitoramento contínuo da qualidade dos serviços.

Execução e Monitoramento:

- Aplicação das diretrizes estabelecidas nos processos diários.
- Realização de auditorias internas para verificar o cumprimento dos padrões.
- Implementação de ações corretivas para ajustes necessários.



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Segurança da informação é o conjunto de ações para proteção de um grupo de dados, protegendo o valor que ele possui, seja para um indivíduo específico no âmbito pessoal, seja para uma organização¹.

É essencial para a proteção do conjunto de dados de uma corporação, sendo também fundamentais para as atividades do negócio.

Quando bem aplicada, é capaz de blindar a empresa de ataques digitais, desastres tecnológicos ou falhas humanas. Porém, qualquer tipo de falha, por menor que seja, abre brecha para problemas.

A segurança da informação se baseia nos seguintes pilares²:

- **Confidencialidade:** o conteúdo protegido deve estar disponível somente a pessoas autorizadas.
- **Disponibilidade:** é preciso garantir que os dados estejam acessíveis para uso por tais pessoas quando for necessário, ou seja, de modo permanente a elas.
- **Integridade:** a informação protegida deve ser íntegra, ou seja, sem sofrer qualquer alteração indevida, não importa por quem e nem em qual etapa, se no processamento ou no envio.
- **Autenticidade:** a ideia aqui é assegurar que a origem e autoria do conteúdo seja mesmo a anunciada.

Existem outros termos importantes com os quais um profissional da área trabalha no dia a dia.

Podemos citar a legalidade, que diz respeito à adequação do conteúdo protegido à legislação vigente; a privacidade, que se refere ao controle sobre quem acessa as informações; e a auditoria, que permite examinar o histórico de um evento de segurança da informação, rastreando as suas etapas e os responsáveis por cada uma delas.

Alguns conceitos relacionados à aplicação dos pilares

- **Vulnerabilidade:** pontos fracos existentes no conteúdo protegido, com potencial de prejudicar alguns dos pilares de segurança da informação, ainda que sem intenção
- **Ameaça:** elemento externo que pode se aproveitar da vulnerabilidade existente para atacar a informação sensível ao negócio.
- **Probabilidade:** se refere à chance de uma vulnerabilidade ser explorada por uma ameaça.
- **Impacto:** diz respeito às consequências esperadas caso o conteúdo protegido seja exposto de forma não autorizada.
- **Risco:** estabelece a relação entre probabilidade e impacto, ajudando a determinar onde concentrar investimentos em segurança da informação.

Tipos de ataques

Cada tipo de ataque tem um objetivo específico, que são eles³:

- **Passivo:** envolve ouvir as trocas de comunicações ou gravar de forma passiva as atividades do computador. Por si só, o ataque passivo não é prejudicial, mas a informação coletada durante a sessão pode ser extremamente prejudicial quando utilizada (adulteração, fraude, reprodução, bloqueio).
- **Ativos:** neste momento, faz-se a utilização dos dados coletados no ataque passivo para, por exemplo, derrubar um sistema, infectar o sistema com malwares, realizar novos ataques a partir da máquina-alvo ou até mesmo destruir o equipamento (Ex.: interceptação, monitoramento, análise de pacotes).

¹ <https://ecoit.com.br/seguranca-da-informacao/>

² <https://bit.ly/2E5beRr>

³ <https://www.diegomacedo.com.br/modelos-e-mecanismos-de-seguranca-da-informacao/>



Normativos Específicos

LEI Nº 8.854, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1994.

Cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal vinculada à Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Parágrafo único. A AEB responde, de modo direto, ao Presidente da República.

Art. 2º A AEB, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, tem sede e foro no Distrito Federal.

Art. 3º À AEB compete:

I - executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;

II - propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;

III - elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;

IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

V - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;

VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;

VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;

VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;

IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;

X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;

XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;

XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;

XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;

XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

Parágrafo único. Na execução de suas atividades, pode a AEB atuar direta ou indiretamente mediante contratos, convênios e ajustes no País e no exterior, observado o disposto no inciso V deste artigo e a competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



MARCOS LEGAIS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA CT&I

A ciência, tecnologia e inovação (CT&I) desempenham um papel central no desenvolvimento econômico e social de um país. Para garantir um ambiente favorável à pesquisa e ao avanço tecnológico, o Brasil conta com um arcabouço legal e estratégias governamentais voltadas para fomentar a inovação e a competitividade nacional.

► Principais Marcos Legais para CT&I

O Brasil possui um conjunto de leis e normas que estabelecem diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico. Os principais marcos legais são:

Constituição Federal de 1988:

A Constituição Federal prevê a ciência e tecnologia como áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. No artigo 218, estabelece que o Estado deve promover e incentivar a pesquisa científica, visando o bem-estar da sociedade e o progresso do país. Além disso, o artigo 219 enfatiza a necessidade de reduzir desigualdades regionais por meio da inovação tecnológica.

Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016):

Conhecido como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, esse código busca desburocratizar e incentivar a colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas. Entre suas principais diretrizes, destacam-se:

- Facilitação do compartilhamento de infraestrutura e equipamentos entre instituições públicas e privadas
- Maior flexibilidade para a captação de recursos e financiamento de pesquisas
- Estímulo à concessão de bolsas e incentivos para pesquisadores
- Redução da burocracia em processos de inovação dentro das empresas

Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004):

A Lei de Inovação foi um dos primeiros marcos para incentivar a cooperação entre setor público e privado no desenvolvimento tecnológico. Dentre suas diretrizes, estão:

- Criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para promover a proteção da propriedade intelectual dentro de universidades e institutos
- Regulamentação de incentivos para empresas investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D)
- Estabelecimento de mecanismos para transferência de tecnologia do setor acadêmico para a indústria

Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005):

A Lei do Bem é um dos principais instrumentos de incentivo fiscal para empresas que investem em inovação. Ela permite:

- Dedução no Imposto de Renda de valores investidos em pesquisa tecnológica e inovação
- Redução da alíquota de impostos sobre aquisição de equipamentos para P&D
- Benefícios fiscais para patentes e registros de propriedade intelectual



Políticas Públicas

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e no funcionamento da sociedade. Elas resultam da ação do Estado para enfrentar problemas coletivos, garantindo direitos e promovendo o bem-estar social.

► Definição de Política Pública

Política pública pode ser definida como um conjunto de decisões e ações do Estado voltadas para a solução de problemas da sociedade. Essas ações são planejadas, implementadas e avaliadas por governos e outros atores sociais, visando atender necessidades coletivas em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

As políticas públicas resultam de um processo político e administrativo que envolve múltiplos agentes, como governantes, legisladores, organizações da sociedade civil e o próprio cidadão. Elas podem ser formuladas em diferentes níveis governamentais – municipal, estadual ou federal – e envolvem a criação de leis, programas e projetos para atingir determinados objetivos sociais.

► Características Essenciais das Políticas Públicas

As políticas públicas possuem algumas características que as diferenciam de outras ações sociais e governamentais. As principais são:

- **Caráter público:** As políticas públicas são voltadas para o interesse coletivo e buscam promover o bem comum. Elas afetam diretamente a vida da população e envolvem recursos públicos.
- **Processo contínuo:** A formulação e implementação de políticas públicas não ocorrem de forma isolada, mas sim dentro de um ciclo que envolve planejamento, execução e avaliação.
- **Baseadas em problemas concretos:** Uma política pública sempre surge da necessidade de resolver um problema específico da sociedade, como a falta de moradia, o desemprego ou a violência.
- **Decorrentes de decisões políticas:** As políticas públicas são definidas por meio de escolhas feitas por governantes e legisladores, geralmente influenciadas por debates políticos, interesses econômicos e demandas sociais.
- **Envolvem múltiplos atores:** Diferentes grupos participam da formulação e implementação das políticas públicas, incluindo órgãos governamentais, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos.
- **Podem ser preventivas ou corretivas:** Algumas políticas públicas visam evitar problemas futuros, como programas de vacinação, enquanto outras buscam corrigir problemas já existentes, como políticas de combate à pobreza.

► Elementos Fundamentais para a Construção de Políticas Públicas

Para que uma política pública seja eficaz, é necessário que ela tenha alguns elementos fundamentais bem definidos. Esses elementos garantem que a política seja implementada de forma organizada e com resultados positivos.

- **Diagnóstico do problema:** Antes de elaborar uma política pública, é essencial identificar e analisar a questão que precisa ser resolvida. Isso envolve a coleta de dados, estudos técnicos e participação social.
- **Objetivos claros:** Uma política pública deve ter metas bem definidas, indicando quais resultados se espera alcançar. Isso facilita o monitoramento e a avaliação de sua efetividade.
- **Instrumentos de implementação:** Para que a política pública seja aplicada na prática, é necessário definir os meios utilizados, como programas sociais, leis, incentivos fiscais e campanhas educativas.
- **Orçamento e recursos:** A viabilidade de uma política pública depende da alocação de recursos financeiros, humanos e materiais adequados para sua execução.



— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.



Noções de Direito Constitucional

O estudo da aplicabilidade das normas constitucionais é essencial à correta interpretação da Constituição Federal¹. É a compreensão da aplicabilidade das normas constitucionais que nos permitirá entender exatamente o alcance e a realizabilidade dos diversos dispositivos da Constituição.

Todas as normas constitucionais apresentam juridicidade. Todas elas são imperativas e cogentes ou, em outras palavras, todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

A doutrina americana (clássica) distingue duas espécies de normas constitucionais quanto à aplicabilidade: as normas autoexecutáveis (“*self executing*”) e as normas não-autoexecutáveis.

As normas autoexecutáveis são normas que podem ser aplicadas sem a necessidade de qualquer complementação. São normas completas, bastantes em si mesmas. Já as normas não-autoexecutáveis dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas: são as normas incompletas, as normas programáticas (que definem diretrizes para as políticas públicas) e as normas de estruturação (instituem órgãos, mas deixam para a lei a tarefa de organizar o seu funcionamento).

Embora a doutrina americana seja bastante didática, a classificação das normas quanto à sua aplicabilidade mais aceita no Brasil foi a proposta pelo Prof. José Afonso da Silva.

A partir da aplicabilidade das normas constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em três grupos:

- Normas de eficácia plena;
- Normas de eficácia contida;
- Normas de eficácia limitada.

1) Normas de eficácia plena

São aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. É o caso do art. 2º da CF/88, que diz: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

As normas de eficácia plena possuem as seguintes características:

a) são autoaplicáveis, é dizer, elas independem de lei posterior regulamentadora que lhes complete o alcance e o sentido. Isso não quer dizer que não possa haver lei regulamentadora versando sobre uma norma de eficácia plena; a lei regulamentadora até pode existir, mas a norma de eficácia plena já produz todos os seus efeitos de imediato, independentemente de qualquer tipo de regulamentação;

b) são não-restringíveis, ou seja, caso exista uma lei tratando de uma norma de eficácia plena, esta não poderá limitar sua aplicação;

c) possuem aplicabilidade direta (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediate** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que é promulgada a Constituição) e **integral** (não podem sofrer limitações ou restrições em sua aplicação).

2) Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva

São normas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público. Cabe destacar que a atuação do legislador, no caso das normas de eficácia contida, é discricionária: ele não precisa editar a lei, mas poderá fazê-lo.

¹ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j3AAnRpJ4j8J:www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF/%3Faula%3D188713+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>



— Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional e o processo de organização são elementos centrais para o funcionamento eficaz de qualquer empresa ou instituição. A estrutura organizacional refere-se ao sistema formal de tarefas e relacionamentos que controla, coordena e motiva os funcionários a trabalharem juntos para alcançar os objetivos da organização.

Este arranjo define como as atividades são divididas, agrupadas e coordenadas dentro da empresa. Já o processo de organização é a maneira pela qual os recursos humanos, materiais e financeiros são sistematicamente dispostos para atingir esses objetivos.

Compreender a estrutura organizacional e o processo de organização é crucial para gestores, líderes e qualquer pessoa interessada em administração, pois esses conceitos formam a base sobre a qual se constrói a eficiência operacional e a eficácia organizacional.

No contexto de concursos públicos, como os administrados por bancas como Vunesp, FCC e FGV, o domínio desses tópicos é frequentemente exigido e pode ser determinante para o sucesso dos candidatos.

— Conceitos Básicos de Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é a espinha dorsal de qualquer organização, definindo como as atividades são direcionadas para alcançar os objetivos. Ela estabelece um sistema de tarefas e relacionamentos que coordena e motiva os membros da organização a trabalharem juntos de maneira eficiente. A seguir, são explorados os principais conceitos que compõem a estrutura organizacional:

Hierarquia

A hierarquia é o sistema de níveis dentro da organização que define a cadeia de comando. Em uma hierarquia, cada nível tem uma autoridade específica, e a comunicação normalmente flui de cima para baixo. Este conceito ajuda a definir claramente quem está encarregado de quem e facilita a tomada de decisões e a delegação de tarefas.

– **Cadeia de Comando:** Refere-se à linha de autoridade que se estende do topo da organização até o nível mais baixo e esclarece quem reporta a quem.

– **Amplitude de Controle:** É o número de subordinados que um gerente ou supervisor pode dirigir de forma eficaz. Uma amplitude estreita implica mais níveis hierárquicos, enquanto uma amplitude ampla significa menos níveis.

Departamentalização

A departamentalização envolve a divisão da organização em unidades menores, chamadas departamentos, com base em critérios específicos. Esta divisão permite que a organização funcione de maneira mais organizada e eficiente.

– **Funcional:** Departamentos são formados com base em funções especializadas, como marketing, finanças, produção, etc.

– **Geográfica:** Departamentos são criados com base em regiões geográficas ou áreas de operação.

– **Por Produto:** Departamentos são organizados de acordo com as linhas de produtos.

– **Por Cliente:** Departamentos são formados para atender diferentes segmentos de clientes.

Centralização e Descentralização

Este conceito refere-se ao grau em que a autoridade para tomar decisões é concentrada no topo da hierarquia organizacional (centralização) ou distribuída entre os vários níveis da organização (descentralização).

– **Centralização:** As decisões são tomadas por um pequeno grupo de pessoas no topo da organização. Isso pode levar a uma maior consistência e controle, mas pode diminuir a flexibilidade e a velocidade de resposta.



Noções De Orçamento Público

O orçamento público é um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão dos recursos do Estado, sendo responsável por definir a alocação de receitas e despesas governamentais ao longo de um período determinado, geralmente um ano. Sua história remonta à necessidade de os governantes estabelecerem um controle sobre a arrecadação e os gastos públicos, assegurando a viabilidade econômica das ações do governo e a execução de políticas públicas essenciais para a sociedade. No Brasil, o orçamento público se consolidou como um mecanismo de planejamento estatal, estreitamente vinculado ao regime democrático e à transparência na administração dos recursos públicos.

A evolução do orçamento público pode ser observada desde as práticas rudimentares adotadas em períodos monárquicos até a consolidação de um modelo mais técnico e estruturado nos regimes republicanos. Em sua origem, o orçamento era um instrumento meramente contábil, cuja finalidade era registrar receitas e despesas de maneira rudimentar, sem maiores preocupações com planejamento estratégico ou transparência na gestão fiscal. Com o tempo, a necessidade de organização financeira e de prestação de contas aos cidadãos e representantes legislativos levou à criação de regras orçamentárias mais rigorosas, dando origem a sistemas de orçamento que passaram a considerar aspectos como responsabilidade fiscal, equilíbrio financeiro e controle social sobre a gestão dos recursos estatais.

No Brasil, o orçamento público foi sendo aprimorado ao longo das constituições e normas infraconstitucionais. A Constituição Federal de 1988 trouxe inovações significativas, estabelecendo o princípio da transparência na administração orçamentária e criando um modelo estruturado em três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos garantem que a execução do orçamento esteja alinhada a objetivos estratégicos de médio e longo prazo, evitando a improvisação na alocação de recursos e proporcionando maior previsibilidade na gestão pública.

No que se refere à natureza jurídica do orçamento público, ele é um ato normativo de caráter legal, aprovado pelo Poder Legislativo e executado pelo Poder Executivo. Sua natureza jurídica híbrida envolve tanto elementos de lei formal quanto de ato administrativo, uma vez que ele não apenas estabelece diretrizes gerais de arrecadação e gastos, mas também normatiza a execução financeira do Estado. A doutrina jurídica diverge sobre sua classificação: para alguns autores, o orçamento é uma lei meramente autorizativa, pois fixa limites de gastos, mas não obriga sua execução integral; para outros, ele possui um caráter impositivo em determinados aspectos, especialmente quando há vinculações constitucionais ou legais para a destinação de recursos a áreas essenciais, como saúde e educação.

Além de sua relevância na gestão fiscal e administrativa, o orçamento público é um dos principais instrumentos de controle democrático e transparência governamental. Ele possibilita que a sociedade acompanhe a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos, exercendo pressão sobre os gestores para garantir que as verbas sejam utilizadas de maneira eficiente e ética. Esse controle é exercido tanto por meio dos órgãos de fiscalização internos e externos, como os tribunais de contas e o Ministério Público, quanto pela participação popular e pelo controle social, mecanismos que se tornaram mais eficazes com o advento da tecnologia e a ampliação do acesso às informações públicas.

Portanto, o orçamento público evoluiu de um simples instrumento contábil para um dos principais mecanismos de planejamento governamental, assumindo papel essencial na formulação e execução das políticas públicas. Sua natureza jurídica, apesar das divergências doutrinárias, reforça sua importância como um instrumento normativo que vincula a atuação do Estado à legalidade, ao planejamento e à transparência. A sua adequada gestão e execução são fundamentais para garantir a estabilidade econômica, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, exigindo constante aprimoramento das normas e práticas orçamentárias para que possam atender de maneira eficaz às necessidades da sociedade.



Gerenciamento De Projetos

O gerenciamento de projetos é uma disciplina essencial dentro da administração, especialmente em um mundo corporativo cada vez mais dinâmico e orientado a resultados. Ele envolve a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para a execução de atividades específicas de um projeto, com o objetivo de alcançar metas pré-estabelecidas.

Projetos bem gerenciados são fundamentais para o sucesso de qualquer organização, pois permitem a inovação, a melhoria contínua e a obtenção de vantagens competitivas.

Este texto aborda os princípios e conceitos fundamentais do gerenciamento de projetos, explorando tópicos como definição de projeto, distinção entre projetos e processos, tipos de projetos, stakeholders, benefícios, ciclo de vida do projeto e o papel do gerente de projetos.

Compreender esses elementos é crucial para qualquer profissional que deseja atuar na área de gestão de projetos, garantindo não apenas a execução eficaz dos mesmos, mas também a sustentabilidade e crescimento da organização a longo prazo.

— Conceito de Projeto

Um projeto é uma iniciativa temporária, com início e fim definidos, destinada a criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Projetos são caracterizados por sua singularidade e objetivos específicos, diferenciando-se das operações contínuas de uma organização, que são repetitivas e permanentes. A natureza temporária dos projetos implica que eles têm uma duração finita e não são destinados a durar indefinidamente.

Os projetos surgem da necessidade de resolver um problema, atender a uma demanda de mercado, aproveitar uma oportunidade, ou cumprir um requisito regulamentar. Eles podem variar em tamanho, complexidade e duração, mas todos compartilham a característica de buscar um resultado único e específico. Exemplos de projetos incluem a construção de um novo edifício, o desenvolvimento de um software, a criação de uma campanha de marketing ou a implementação de um novo sistema de gestão.

Características de um Projeto

– **Temporariedade:** Todo projeto tem um início e um fim claramente definidos. A conclusão do projeto ocorre quando seus objetivos foram atingidos ou quando se torna claro que os objetivos não serão ou não podem ser atingidos.

– **Singularidade:** Cada projeto é único, possuindo um conjunto específico de objetivos, atividades e resultados que o diferenciam de outros projetos e operações rotineiras.

– **Progressividade:** Projetos são desenvolvidos em etapas ou fases que permitem um desenvolvimento progressivo do trabalho até a conclusão final.

– **Objetivos Claros:** Projetos são iniciados para alcançar objetivos bem definidos, que podem incluir a criação de um produto, a melhoria de um processo ou a solução de um problema específico.

– **Recursos Limitados:** Projetos geralmente operam dentro de restrições de tempo, orçamento e recursos. A gestão eficaz desses recursos é fundamental para o sucesso do projeto.

Exemplo de um Projeto

Para ilustrar, considere a construção de uma ponte. Esse projeto teria uma série de características específicas:

- **Início e fim definidos:** A construção começa com a fase de planejamento e termina quando a ponte está concluída e funcional.